

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dezenove no Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Claro estiveram presentes para discutir a pauta anteriormente enviada os membros do Conselho Deliberativo: Presidente Débora Helen Ferri Fais Fiocco, Secretária Luciana de Lourdes dos Santos, Jeferson Mello Souza, Rosemeire M. R. Archangelo, Daniel Carlos Carrilo, Mario Davi do Amaral Veiga com a presença do superintendente Sr. Lineu Vianna de Oliveira, Elisabete Wenzel - Diretora Financeira e Contábil Interina, Prefeito João Teixeira Jr., Secretário de Finanças Gilmar Dietrich, Secretário de Educação Adriano Moreira, Secretário de Administração Jean Walter Lopes Scudeller, Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos Rodrigo Raghianti e Secretária de Saúde Maria Clelia Bauer e os servidores do Departamento de Engenharia Milton, Rodrigo, Hugo e Luiz Aurélio. O Conselheiro Vilson Pires de Andrade Junior justificou ausência. A reunião iniciou-se às 7h45min e finalizou às 9h35min. A pauta agendada foi à dívida da prefeitura com o Instituto e a solicitação de um novo parcelamento. A reunião iniciou-se com o Superintendente explicando que o Instituto e o Conselho Deliberativo solicitaram a reunião como mais uma tentativa de solução em relação às dívidas e esclareceu que algumas providências legais em relação ao crescimento mensal da mesma já foram realizadas, buscado orientações juntos aos órgãos técnicos e jurídicos. Decidiu-se diante do protocolo de uma nova solicitação de parcelamento, conversar diretamente com o Executivo para saber se o mesmo está ciente do total da dívida, se foi feito um levantamento do quanto, com esse novo parcelamento, a prefeitura terá que repassar mensalmente ao Instituto e se há um planejamento para o pagamento, considerando que os repasses mensais dos servidores continuam feitos em atraso, ainda que dentro do mês, que o patronal e atuarial não estão sendo pagos desde o ano anterior e que o último parcelamento não foi homologado pelo Ministério da Previdência Social, devido ao atraso de mais de três patronais, conforme determina a lei e, um novo pedido de parcelamento poderá ser barrado pelo mesmo motivo. Explicou também, que nossa maior preocupação é com o aumento desenfreado da mesma que nos últimos dois anos dobrou e que, ainda que o IPRC apresente saúde financeira devido aos seus investimentos, o crescimento da dívida o afetará se não for contido, pois hoje devido a falta de integralidade dos repasses mensais, já se pega parte do dinheiro dos investimentos para completar a pensão dos aposentados e pensionistas. Apontou aos presentes representantes da administração que um dos caminhos para conter esse problema do crescimento da dívida, é pagando o patronal que todo fim de ano vira dívida e com valor significativo. O Prefeito pediu a palavra e disse estar muito preocupado e ciente da dívida e que quer dialogar e chegar ao um acordo justamente para impedir que a mesma se torne impagável e o Secretário de Finanças, falou das tentativas de pagamento do patronal com os terrenos, do problema econômico do país e da necessidade da Reforma da Previdência para impedir que as prefeituras passem por problemas como esses que Rio Claro está passando. A Conselheira Luciana colocou que já sabiam que a fala caminharia para o problema financeiro do país, da reforma da previdência como justificativa do problema, no entanto, salientou que a dívida em questão já é fato e por isso não perguntaram sobre a existência de dinheiro para pagar e sim diante de uma solicitação de parcelamento se tinham um planejamento para pagar as prestações. Perguntou ao Sr Gilmar se ele sabia o quanto daria por mês, se ele já tinha feito o levantamento, mas o mesmo não respondeu, falou também que pediram a reunião com o prefeito, pois foram solicitadas reuniões como o Secretário de Finanças e o mesmo não respondeu. Enfim, o Conselho colocou que o valor mensal ficaria com todas as dívidas negociadas e repasses legais existentes, sem juros, em aproximadamente 7,1 milhões e que isso nos preocupava, pois não é possível aprovamos algo novamente que não será viável e honrado pela prefeitura e que, portanto, queríamos uma apresentação de planejamento para o pagamento mensal do que se deve em sua totalidade. A Conselheira Rosemeire Archangelo passou as mãos do prefeito um levantamento simples, embora a Sra Elisabete estivesse presente com o detalhamento da dívida, o apresentado era apenas para que o mesmo entendesse nossa preocupação em um novo parcelamento. O Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos Rodrigo Raghianti, falou da importância de retomarmos a questão dos terrenos e falamos que os terrenos interessantes para virar investimento, seguindo as regras que temos que obedecer, era áreas institucionais. Entretanto, o mesmo falou que é possível torná-las apropriadas a repasse e nos pediu para retomar essa discussão para em tempo, usá-las para o patronal de 2019. Outros argumentos foram colocados, mas o prefeito também entendeu a necessidade de um planejamento e solicitou uma nova reunião para que pudessem pensar e nos apresentar. Deixamos claro ao mesmo que daríamos mais essa oportunidade a todos nós, pois a cobrança por parte do funcionalismo está muito forte e que

56 resolvido estaríamos executando as dívidas conforme determina a lei que nos orienta. Nada mais
57 havendo a tratar, foi lavrada por mim, Luciana de Lourdes dos Santos, a presente ata, assinada por todos
58 os presentes do Conselho Deliberativo acima nominados e
59 referenciados. *Luciana de Lourdes dos Santos*
60 *Luciana de Lourdes dos Santos*
61 *Luciana de Lourdes dos Santos*
62